

Pátria Educadora:

Aqui um protesto sobre este texto e os rumos da educação no Brasil.

Profa. Dra. Mariângela Bairros

Faculdade de Educação/UFPel.

Este texto tem por objetivo contribuir com o debate proposto a partir do documento Pátria Educadora, que apresenta-se com o objetivo de alavancar pontos que não avançaram na educação básica no Brasil, porém incorre em graves erros e retrocessos nunca antes vistos na história deste país.

O texto além de imprecisões demonstra desconhecer legislação, e também um conjunto de política públicas educacionais implementadas ao longo de 13 anos de gestão do mesmo governo, para além disso a legislação terá que ser alterada para atender algumas das propostas apresentadas.

Ao leitura além de nos conduzir para incoerências educacionais alerta-nos para o fato de que o autor precisa responder: quantas escolas existem no Brasil? Municipais, estaduais, em relação à que escolas o documento está se referindo, trata-se de 100% das escolas e alunos? Parece-nos que não, pois o ensino superior recebe anualmente alunos que adentram o sistema pelo ENEM ou vestibular. De onde vêm estes alunos?

Um primeiro destaque diz respeito ao conjunto de observações, nada menos que observações feitas aleatoriamente pelo autor, o texto indica dados, rankings, sem os apresentar, existem, mas ficaram fora do documento. Os índices e dados não são apresentados em nenhum momento ao longo do texto.

O texto é vago, impreciso e peca pela ausência de rigor acadêmico, falta dizer onde estão os graves erros levantados pelo autor, de qual realidade brasileira está se referindo, em todo o Brasil? O leitor do texto é conduzido para um panorama irreal, peca pela falta de informações que conduzam os leitores a uma real comparação entre Brasil e outros países, ou mesmo, dentro do território brasileiro.

O texto afirma positivamente de práticas empresariais que obtiveram sucesso, mas não exemplifica as práticas citadas. Quais práticas? Escola é escola, empresa é empresa. As empresas não podem contribuir como exemplos para escola, pois são instâncias diferenciadas, não há comparação. A lógica da empresa é produzir produtos,

na ESCOLA é produzido conhecimento, saberes, experiências entre seres humanos, não se compara pessoas a máquinas.

Outro argumento afirma que nosso ensino é pautado pelo “enciclopedismo raso e informativo”, o autor do documento precisa explicar para o conjunto dos professores da educação básica e ensino superior, com quais elementos pode afirmar tão radical assertiva sobre o ensino brasileiro. O autor já foi docente na escola de educação básica? Em quantos anos de sua vida esteve em sala de aula, cotidianamente, para afirmar que educadores do Brasil não têm condições de realizar excelentes aulas. Quantas vezes varreu uma sala de aula porque não há funcionários na escola, levou giz, roupas para os alunos que passam frio no inverno? Sim, existe inverno rigoroso e verão escaldante no Brasil.

O texto Pátria Educadora peca pelo primarismo de argumentos na medida em que afirma que há nas escolas de educação básica problemas com interpretação de textos, pois os alunos não ultrapassam a barreira do analfabetismo funcional. Em quantas escolas? De que regiões do Brasil? Quantos alunos? Dados?

O autor afirma que os alunos “oscilam entre repetição e devaneios”, ousamos afirmar que o documento Pátria Educadora, também, passeia entre repetição e devaneios e a irresponsabilidade da falta de dados para nós, docentes, que diariamente enfrentamos as salas de aula é grande. É muito grave a acusação realizada pelo autor do documento quando afirma que um país onde a educação permanece entre repetição e devaneios não vai ter futuro, percebe-se isso pelo documento apresentado, é séria a questão da educação no Brasil.

O texto incorre em erros gravíssimos quando afirma que precisamos de um “ensino que use um aprofundamento seletivo como palco para aquisições de capacitações analíticas, direcionadas às habilidades centrais de análise verbal e de raciocínio lógico”. Qual aprofundamento seletivo? Talvez nem mesmo o autor do texto saiba.

“Organizar a diversidade para permitir a evolução”, no texto esta frase é seguida de: “Nunca tivemos um sistema nacional de ensino” e que a educação pública no Brasil foi desorganizada ao longo de sua história, para esta afirmação apenas o Sistema Judiciário nos resta para recorrermos.

A realização da CONAE em novembro de 2014 reuniu em Brasília mais de 4000 delegados de todo o Brasil e contou com a presença, na abertura do evento, da Presidenta para debater entre outros temas, o Sistema Nacional de Educação, e o autor diz que ao propormos (o governo) organizar um SNE “*correremos o risco de nos deixar seduzir pela associação de organização com uniformidade. Resistamos a essa tentação*”, falta esclarecer ao autor que este esforço está sendo realizado pelo Governo Federal e não pelos educadores das redes públicas de todo o Brasil. Ocorre que logo em seguida no texto o autor apela para a “organização da cooperação federativa na educação”, é muita incongruência e falta de aprofundamento em relação às questões da educação brasileira. Faltou destacar que foi criada no MEC uma Secretaria de Articulação com os sistemas de Ensino para reforçar a ideia de Sistema Nacional de Educação.

A inovação tão propalada pelo autor repete velhas fórmulas já exercitadas na educação, como por exemplo: “*reorientação do currículo e da maneira de ensinar e aprender, qualificação de diretores*”, NENHUMA NOVIDADE, TUDO ISTO ESTÁ EM ANDAMENTO NO BRASIL HÁ DÉCADAS, COM IDAS E VINDAS.

O autor tenta comparar a educação brasileira com o SUS, sim nós já vivemos na educação movimento que evitou que educação fosse municipalizada e incorresse nos mesmos erros do SUS, falta conhecimento da trajetória da educação brasileira, por isso o autor faz equivocada afirmativa.

Outra demonstração de desconhecimento é a afirmação de que o Plano Nacional de Educação não invoca o regime de colaboração entre os municípios, podemos informar ao autor do documento Pátria Educadora que temos diferentes políticas públicas, algumas que existem desde a década de 1960 do século XX, exemplo o Programa Nacional do Livro Didático, mas em relação ao regime de colaboração podemos destacar: FUNDEB, MERENDA ESCOLAR, TRANSPORTE ESCOLAR. Existe sim regime de colaboração no Brasil, o que falta é um maior investimento.

EXISTE SIM UM FEDERALISMO COOPERATIVO NA EDUCAÇÃO, MAS FALTAM INVESTIMENTOS! De onde provém a afirmação de que não há? Pode ser por um total desconhecimento do que existe na educação brasileira.

O Sistema Nacional de Educação não é necessário, segundo o documento, porém um Sistema Nacional de Avaliação sim.

Mais uma vez é necessário informar ao autor do texto Pátria Educadora que já existe no Brasil um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). O Saeb foi a primeira iniciativa brasileira para conhecer seu sistema educacional em profundidade, desde 1990. As avaliações fornecem dados sobre a qualidade dos sistemas educacionais do Brasil, das regiões geográficas e das unidades federadas (estados e Distrito Federal), envolvendo estudantes do ensino fundamental e também estudantes do ensino médio. Além disso, existe a Prova Brasil criada em 2005, o IDEB, todos estes são instrumentos de avaliação do aluno, mas não das condições em que atuam estes professores e suas escolas.

Outra questão apresentada no texto Pátria Educadora pelo autor diz respeito ao ineditismo do INEP ou de entidade alternativa, entidade? Mais uma vez a educação brasileira será jogada as especulações do mercado e dos oportunistas de plantão?

No texto afirmações desconexas, imprecisas e irresponsáveis como a seguinte são jogadas sem subsídio teórico: “*Crucial para regime aberto ao experimentalismo é que tenha como reagir ao êxito diferencial dos experimentos, propagando o que melhor funcionar em vez de ficar sujeito à força inercial das práticas herdadas*”, ou seja, viveremos tempos de incertezas na educação, de experimentações aleatórias e negando nossa história e as práticas herdadas também de Anísio Teixeira.

Mais uma vez o autor do texto, referindo-se ao FNDE, manifesta o desejo de implementar, o que já existe, pois desde 2007 o MEC e FNDE vem implementando ações com adesão de municípios e estados, ou seja, é mais do mesmo, nenhuma inovação, apenas desconhecimento do que já acontece na educação.

Quando no texto ele afirma que deve-se iniciar um processo de reformas e construção de redes de ensino sucateadas, atesta a incompetência de um governo que está caminhando para 16 anos no poder e que começou em 2007 com o PAR – Plano de Ações Articuladas, processo resultado de adesão dos municípios e estados para um longo movimento de planejamento, reorganização nas práticas escolares, formação continuada de professores, gestores e funcionários, reformas e construções, inclusive com monitoramento e avaliação desta política. Fica feio para ao governo federal!

Mais uma vez desconhecimento! Em relação a grande novidade em criação de comissões, mostra-se desconhecedor de que já existem comissões municipais, inclusive para o FUNDEB.

Em relação à reorientação do currículo, o autor refere-se a um aprofundamento seletivo, qual aprofundamento seletivo? Separar ricos de pobres? É o que o texto dá a entender.

Acrescenta que existe a necessidade de enfrentarmos as “*inibições pré-cognitivas ou sócioemocionais*”, para esse tema precisamos comunicar ao autor que deverá enviar para as escolas de todo o Brasil, profissionais de áreas específicas para realizar o trabalho propugnado por ele, psicólogos, psicopedagogos, talvez psiquiatras. O autor precisa dizer de onde surgirão tantas novas nomeações de novos recursos humanos, visto ser essa uma área sempre com muita economia.

Na seção sobre o currículo precisaríamos dedicar um capítulo para elucidar ao autor do texto que muitas reformas curriculares já ocorreram no Brasil ao longo de dácadas, inclusive, neste momento no MEC, existe um debate acerca de um currículo único. O que está em jogo neste debate é que mais uma vez as peculiaridades regionais históricas, culturais e especiais de cada região serão desrespeitadas. Um currículo único para todos significa ignorar que nosso país de dimensões continentais possui elementos que o diferencia levando em consideração cada uma das regiões, o Amazonas nada tem em semelhança com o Rio Grande do Sul, assim como São Paulo nada tem em comum com o Pará e assim por diante. Novamente seremos colocados em um currículo único, em uma vala comum que não reconhece nossas especeficiidades. Mais desrespeito!

O autor ao propor um manual que será repassado aos professores um protocolo, passa do limite, para além de tudo que ducadores comprometidos com uma educação de qualidade podriam esperar. O professor receberá agora do governo federal ou do MEC um manual, uma cartilha de como educar, isso rompe com todos os ideais educacionais proposto ao longo de anos no Brasil, por educadores de vanguarda como gosta de assinalar o autor do Pátria Educadora.

Quando o autor apresenta as Escolas Anísio Teixeira com a finalidade de servir para impulsionar as sequências curriculares mais exigentes, demonstra mais uma vez seu desconhecimento absoluto de quem foi Anísio Teixeira, mas queremos

contribuir com o autor e explicar que para Anísio Teixeira o ideal da escola seria o de libertar o aluno das regras impostas pelo adulto para o colocar sob a tutela da sua própria consciência moral, visto aqui como organização, auto-regulação, participação e reflexão sobre as coisas práticas. Na prática, deveria existir um modelo escolar no qual se confiaria aos alunos a disciplina e o seu funcionamento.

Se confiaria ao aluno e não se retiraria do aluno sua capacidade de auto-regulação.

Anísio Teixeira promovia o desenvolvimento do trabalho escolar no sentido de permitir ao aluno a passagem daquilo que denominava de autoridade construída até chegar a possibilidade de autonomia, uma vez que senhores de si mesmo, as crianças aprenderiam a construir sua república que é a escola. Segundo ele, os alunos deveriam assumir as responsabilidades da ordem social escolar para que mais tarde pudessem enfrentar devidamente os problemas econômicos, sociais e políticos do país. O autor reinventa um Anísio Teixeira para aprovar as suas ideias delirantes de uma educação que considera a ideal.

Em relação a mediocridade do ensino público propugnado pelo documento, talvez reflita uma visão de superioridade individualista, mas esse julgamento unilateral não pode ser atribuído aos educadores brasileiros.

Quando a referência de que todas as democracias do mundo enfrentam o dilema entre universalizar a educação e manter a qualidade, mais uma vez, são usados exemplos de forma aleatória sem exemplificar quais países. Esse não é o dilema do Brasil, talvez de um segmento, de uma classe, que sempre teve na escola o seu poder de diferenciação e distanciamento das camadas mais pobres e filhos dos trabalhadores. Terá o documento este teor? Estará representando uma classe, que não a dos filhos dos trabalhadores?

Este documento não representa avanços para a educação brasileira, ao contrário, retrocederemos a patamares dos anos de chumbo da ditadura militar, onde havia seleção, nivelamento entre bons e ruins, entre aptos e não-aptos.

Esta proposta oriunda do governo federal aprofunda um fosso que o próprio governo vem, através de políticas públicas implementadas ao longo de 13 anos, é uma proposta segregadora, que reafirma que pobres são pobres, devem ficar em seus lugares

e ricos são ricos. Os aptos estão deverão andar com maior rapidez, pois é o que diz o documento, os oriundos de uma classe média brasileira que hoje se volta contra o governo do Brasil serão os privilegiados se este documento virar a cartilha da educação nacional.

Repudiamos o retrocesso promovido pelo documento Pátria Educadora e seu autor. UM RETROCESSO!!!